

RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2014

MARÇO / 2015

MACEIÓ - AL

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO
Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA ENTIDADE

1.1	<p>Número de Ordem: Denominação Completa: Conselho Regional de Economia 12 Região Denominação Abreviada: CORECON-AL Natureza Jurídica: Autarquia Federal CNPJ: 12.189.635/0001-68 Principal Atividade: Fiscalização Profissional Código CNAE: 9412-0/01 Telefones/Fax Contato: (82) 3221-3850 (82) 3035-3583 Endereço Eletrônico: corecon-al@cofecon.org.br Endereço Postal: Rua Dias Cabral, 165 1º andar - Centro, Maceió - AL.</p>
1.2	<p>Identificação da norma de criação e das demais normas, regulamentos e manuais relacionados à gestão e à estrutura da entidade jurisdicionada. O Conselho Federal de Economia (COFECON), com sede na Capital Federal, e os Conselhos Regionais de Economia (CORECON), criados pelo art. 6º da Lei 1411/51 (com a redação dada pela Lei 6021/74), são autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público para o cumprimento das missões fixadas por aquela Lei (art. 1º § 1º da Lei 6.537/78).</p> <p><u>Lei n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951</u> Dispõe sobre a Profissão de Economista.</p> <p><u>Decreto n.º 31.794, de 17 de novembro de 1952</u> Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de economista, regida pela Lei nº 1.411, de 13.08.1951, e dá outras providências.</p> <p><u>Lei n.º 6.021, de 03 de janeiro de 1974</u> Altera dispositivos da Lei n.º 1.411, de 13.08.1951, que dispõe sobre a profissão de economista; atualiza valores das anuidades, taxas e multas, subordinando as a percentuais do maior salário mínimo, e altera a denominação dos Conselhos Federal e Regionais.</p> <p><u>Lei n.º 6.206, de 07 de maio de 1975</u> Dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional e dá outras providências.</p> <p><u>Lei n.º 6.537, de 19 de junho de 1978</u> Altera dispositivos da Lei n.º 1.411, de 13.08.1951, que dispõe sobre a profissão de Economista.</p> <p><u>Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980</u> Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.</p> <p><u>Lei n.º 12.514, de 28 de outubro de 2011</u> Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral</p>

1.3 Finalidade e competências institucionais da entidade jurisdicionada.

As ações dos Conselhos Federal e Regionais de Economia têm por fundamento a missão institucional a eles atribuída pela Lei 1.411/51 e como princípio básico de legitimidade a preservação da incolumidade dos interesses da sociedade em função do exercício profissional. A fundamentação detalhada desses princípios de legitimidade pode ser encontrada na Nota Técnica 3 desta consolidação. (Precedente: TRF 4ª, Região, 3ª Turma, Apelação em Mandado de Segurança 95.04.53304-3/PR, DJU 25/11/98)

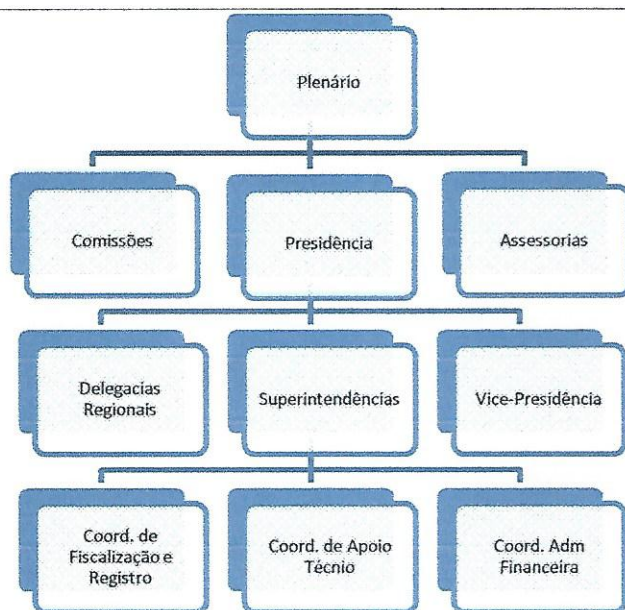
Compete aos Conselhos Regionais de Economia (art. 10 da Lei 1411/51)

- a) organizar e manter o registro profissional dos economistas;
- b) fiscalizar a profissão de economista;
- c) expedir as carteiras profissionais;
- d) auxiliar o COFECON na divulgação da técnica e cumprimento do programa referido no art. 7º, letra "i" da Lei 1411/51;
- e) impor as penalidades previstas na lei;
- f) elaborar o seu regimento interno para exame e aprovação pelo COFECON.

3.1 - São ainda atribuições dos CORECONS:

- a) realizar o programa de atividades elaborado pelo COFECON no sentido de disseminação da técnica econômica nos diversos setores da economia nacional promovendo estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do país (Decreto 31794/521, art. 36);
- b) arrecadar as multas, anuidades, taxas e demais rendimentos, bem como promover a distribuição das cotas de arrecadação conforme os critérios de repartição fixados na Lei 1411/51 (Decreto 31794/521, art. 36);
- c) organizar e desenvolver cursos, palestras, seminários e discussões a respeito de ética profissional (inclusive nas escolas de Economia), visando à formação da consciência dos futuros economistas para os problemas fundamentais da Ética.
- d) estabelecer normas reguladoras para os processos administrativos por meio dos quais exerce suas competências de fiscalização, registro e administração, obedecidas as normas desta consolidação (Decreto 31794/521, arts. 30 alíneas í, k e 50)

1.4 Apresentação do organograma funcional com descrição sucinta das competências e das atribuições das áreas.



I – Deliberação Superior

- Plenário

I – Direção Superior

- Presidência - Assessorias

II – Gerência Superior

- Vice-Presidência
- Superintendência

III – Órgão de Execução Programática

- Coordenação de Fiscalização e Registro
- Coordenação de Apoio Técnico
- Coordenação Administrativa e Financeira

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Conselho	* Vide Abaixo	Efetivos: Maurílio Procópio Gomes Cleydner Marques Magalhães Maurício Mário Vieira de Almeida Suplentes: Dnarte Hermogenes Bastos José Gomes Filho	Conselheiros	2013 a 2015

		Efetivos: José Alex Tenório da Costa Laurentino Rocha da Veiga Luiz de Cerqueira Cotrim Filho Suplentes: Hermani Magalhães O. do Carmo Carlos Augusto Carvalho de Bulhões José Ulisses Ávila Pereira Efetivos: Josildo Medeiros Lima Marcos Antônio Moreira Calheiros Mario Humberto Lima Silva Suplentes: Paulo Prazeres Ramalho de Castro Everaldo de Souza Barbosa Cláudio Jorge Barbosa de Melo	Conselheiros Conselheiros	2014 a 2016 2015 a 2017
Presidência	* Vide Abaixo	Marcos Antônio Moreira Calheiros	Presidente	01/01/2013 a 31/12/2014
Assessoria Jurídica	* Vide Abaixo	Eliakim Medeiros Cerqueira	Assessora Jurídica	03/01/2012 a 31/12/2014
Assessoria Contábil	* Vide Abaixo	Mc Oficce Contabilidade	Pessoa Jurídica	01/01/2014 a 31/12/2014
Gerente Executivo	* Vide Abaixo	José Geraldo Marques Junior	Gerente Executivo	03/12/2013 a 31/12/2014.
Profissional de Assistência ao Economista	* Vide Abaixo	Inaldo Romão da Silva Filho	Profissional de Assistência ao Economista	03/12/2003 a 31/12/2014.

*Atribuições

São atribuições do Plenário:

- Dar posse ao Presidente e Vice-presidente do Corecon – AL;
- Julgar os pedidos de registro, os processos de fiscalização e outros, relatados pelos Conselheiros, submetendo os casos denegados à deliberação do Corecon – AL, se houver recurso voluntário;
- Autorizar a criação, supressão e a modificação de Órgãos ou Cargos na Estrutura Organizacional do

Corecon – AL;

- d) Fixar os salários e gratificações dos funcionários do Corecon – AL, bem como aprovar o Quadro de Pessoal;
- e) Deliberar sobre a proposta orçamentária a ser submetida ao COFECON e o programa de ação para o exercício;
- f) Julgar o relatório anual de atividades bem como a prestação de contas do exercício anterior e os balancetes trimestrais, mediante prévio exame e parecer da Comissão de Contas constituída por 03 (três) Conselheiros Efetivos, ficando proibidos de votar os Conselheiros responsáveis pelos mesmos;
- g) Alterar este Regimento Interno, observado o quorum previsto, submetendo a alteração ao COFECON para efeitos de homologação;
- h) Deliberar sobre doações, legados, subvenções e convênios;
- i) Autorizar a criação, instalação ou extinção de Delegacias Regionais do Corecon – AL, e/ou credenciamento de representantes em qualquer região de sua jurisdição;
- j) Decidir sobre as atribuições dos Órgãos ou Titulares das Delegacias de que trata a letra “i”, através da edição de Resolução respectiva.

Aos Conselheiros compete:

- a) Participar das sessões;
- b) Relatar Processos;
- c) Participar de Comissões e Grupos de Trabalho para os quais designados;
- d) Representar especialmente este Corecon, quando designado;
- e) Observar a Lei, o Regulamento, este Regimento, as Resoluções e Deliberações do COFECON e deste Conselho.

São atribuições do Presidente:

- a) Cumprir e fazer cumprir a Lei, o Regulamento, este Regimento, as Resoluções e Deliberações do COFECON e deste Conselho;
- b) Administrar e representar legalmente o CORECON – AL;
- c) Dar posse aos Conselheiros, Delegados Regionais e Fiscais;
- d) Distribuir aos Conselheiros Efetivos, para relatar, os processos ou matérias que devam ser submetidas à deliberação do Plenário;
- e) Constituir comissões e grupos de trabalho “ad referendum” do Plenário, admitida a participação de profissionais não integrantes dos quadros de Conselheiros e funcionários do Conselho;
- f) Admitir, promover, licenciar, remover e demitir funcionários, bem como firmar contratos de trabalho, tudo segundo diretrizes contidas na legislação em vigor e orientação traçada pelo Plenário;
- g) Encaminhar ao COFECON, no prazo legal, prestação de contas, devidamente instruída, relativa ao exercício anterior;
- h) Autorizar o recebimento das importâncias a qualquer título destinadas ao CORECON, movimentar as contas bancárias, assinar cheques e passar recibos, juntamente com o Superintendente e/ou com o responsável pelo setor financeiro, autorizar o pagamento das despesas;
- i) Submeter ao Plenário a proposta orçamentária, remetendo-a após ao COFECON para homologação;
- j) Apresentar ao Plenário o relatório anual das atividades e a prestação de contas, no prazo legal;
- l) Assinar as carteiras de identificação de Economistas registrados, de Conselheiros, de Delegados Regionais e Fiscais;
- m) Dar ciência ao Plenário das instruções, resoluções e deliberações do COFECON;
- n) Presidir o Tribunal Regional de Ética, que deverá ser regulamentado através de Regimento próprio,

aprovado pelo Plenário;

o) Elaborar relatório sucinto, na data do término do mandato, a ser entregue ao novo Presidente, no ato de posse efetiva e com cópia aos demais Conselheiros, informando, com base em documentação autenticada pelos servidores responsáveis, da Superintendência, da Contabilidade e do Setor Financeiro.

São atribuições da Assessoria Jurídica:

Prestar serviços advocatícios na área de cobrança executiva;

Analisar e emitir pareceres orientando sobre matéria jurídica;

Atender consultas sobre matérias jurídicas oriundas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema COFECON/CORECON;

Promover a defesa dos interessados do Corecon – AL, em juízo ou fora dele;

Elaborar pareceres e minutas de convênios, processos licitatórios, instrumentos contratuais e outros documentos a serem encaminhados para instância deliberativa;

Manter entendimentos com entidades públicas, privadas ou pessoas, seguindo a orientação do superior imediato;

Despachar com o superior imediato assuntos relacionados à área de sua competência;

Elaborar relatórios sobre as atividades desenvolvidas;

Divulgar matérias jurídicas e mudanças na legislação, de interesse do Corecon – AL;

Analisar e revisar instrumentos contratuais legais, bem como a elaboração de instrumentos e atos administrativos, atendendo a consultas sobre matérias jurídicas relativas às atividades do Corecon – AL;

Promover a cobrança administrativa e judicial dos débitos encaminhados pelo Corecon – AL, decorrentes de anuidades, multas de infração, parcelas de débitos vencidos e não pagos e a cobrança da Dívida Ativa;

Prestar assessoria jurídica quando solicitado;

Exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo superior imediato.

São atribuições da Assessoria Contábil:

Prestar serviços contábeis, na área de contabilidade pública;

Elaboração a proposta orçamentária anual;

Assessorar à Comissão de Tomada de Contas na apreciação dos balancetes, prestação de contas e outro documentos contábeis;

Elaborar balancetes consolidados mensais e trimestrais, balanço anual e a prestação de contas anual do Corecon – AL;

Emitir pareceres sobre matéria contábil relacionado ao Corecon – AL;

Elaborar relatórios sobre as atividades desenvolvidas;

Representar o Corecon -AL em questões trabalhistas, financeira, mediante expressa solicitação do superior imediato;

Prestar assessoria contábil quando solicitado;

Exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo superior imediato

São atribuições da Superintendência:

Cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno do CORECON - AL;

Assistir ao Presidente na sua representação política, social e administrativa;

Prestar atendimento aos Conselheiros Regionais, assegurando o apoio técnico e administrativo para o exercício de suas atribuições e responsabilidades no CORECON - AL;

Planejar, coordenar, supervisionar, orientar e controlar a execução de atividades estratégica e

tático/operacional do CORECON - AL, distribuindo trabalhos, acompanhando a execução, comparando e analisando resultados, solucionando distorções e verificando a qualidade;

Supervisionar e coordenar as atividades das assessorias que lhe são delegadas;

Elaborar planos anuais de trabalho e relatórios de atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para o CORECON - AL;

Garantir o suporte na gestão de pessoas, na administração de material, patrimônio, informática, e outros serviços relacionados às atividades estratégica e tático/operacional do CORECON - AL;

Propor a instauração de procedimentos administrativos destinados a apuração de irregularidades no âmbito do CORECON - AL;

Organizar e coordenar o recebimento e a expedição de toda a correspondência do Presidente;

Promover, participar e dirigir reuniões sobre projetos a serem executados e/ou em execução no âmbito do CORECON - AL;

Zelar pelo controle e gerenciamento de informações relacionadas ao CORECON - AL;

Submeter para aprovação do Presidente a designação ou dispensa de ocupantes de Funções de Confiança;

Apoiar diretamente o Presidente, o Plenário e as Comissões do CORECON - AL;

Assessorar o Presidente em assuntos da área de atuação sob sua responsabilidade, participando de reuniões, elaborando estudos e projetos, emitindo pareceres e propondo alternativas para solução de problemas apresentados;

Coordenar as atividades de planejamento, programação, orçamentação e controle do CORECON - AL;

Elaborar, analisar e propor normas e rotinas, examinando os instrumentos existentes, verificando a necessidade de reformulações e orientando o seu cumprimento;

Coordenar, controlar e acompanhar a implantação de normas e rotinas, instruindo quanto aos procedimentos a serem tomados e corrigindo distorções;

Zelar pela garantia e manutenção do padrão de qualidade dos serviços técnicos, administrativos e do patrimônio;

Coordenar e manter o acervo histórico do CORECON - AL;

Exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente.

Compete ao Profissional de Apoio Técnico, Administrativo e Financeiro:

Preparar proposta orçamentária anual do CORECON - AL;

Elaborar projetos necessários ao desenvolvimento das ações do CORECON - AL;

Elaborar propostas e planos de trabalho, definindo as etapas, prazos, custos e outras atividades envolvidas no processo;

Controlar assuntos pendentes, solicitando a documentação pertinente aos órgãos envolvidos, a fim de atender ao cumprimento de prazos estabelecidos para os trabalhos;

Orientar as aquisições de materiais e equipamentos, através de processos licitatórios e/ou adiantamento de numerário, com base em diretrizes superiores;

Controlar a instrução de processos administrativos, analisando os documentos necessários;

Conferir documentos elaborados verificando sua exatidão e apontando as correções necessárias, visando assegurar a qualidade dos trabalhos;

Redigir correspondências, declarações, atos administrativos, contratos, convênios e demais tipos de documentos, realizando o controle necessário;

Acompanhar a documentação técnica e administrativa para subsidiar decisões superiores;

Coordenar as atividades referentes a folha de pagamentos, encargos sociais, recolhimentos, registros de empregados, controle e concessão de benefícios, contratos de trabalhos, rescisões contratuais, férias,

afastamentos, demissões dentre outros;
 Conferir guias de recolhimento de: FGTS, Imposto Sindical, Imposto de Renda, Seguros, INSS, compilando dados constantes de recibos e folha de pagamento, rescisões de contratos;
 Elaborar relação de empregados e respectivas remunerações, calculando impostos e tributos de acordo com os percentuais preestabelecidos, emitindo as guias de acordo com os dados apurados;
 Efetuar fechamento de folha de pagamento, conferindo as informações constantes em listagens, realizando o levantamento das despesas com pagamento de empregados, encargos sociais, seguros e outros;
 Administrar convênios e contratos de prestação de serviços ou de aquisição de materiais e equipamentos;
 Controlar o suprimento de fundos, talões de cheques, a disponibilidade financeira, contas bancárias, cronogramas de despesas e demais atividades afetas ao CORECON - AL;
 Orientar e controlar os documentos a serem contabilizados, verificando a exatidão das informações contidas nos mesmos, procedência, natureza e identificando o número da conta onde devem ser lançados, a fim de possibilitar seus registros;
 Exercer o controle da entrada e saída de documentos contábeis analisando sua validade, distribuição e arquivamento;
 Elaborar relatórios, projetos e convênios determinados pela Presidência;
 Controlar e orientar o processamento de contas a pagar e a receber, tendo em vista sua regularidade quanto as exigências fiscais e as normas estabelecidas pelo CORECON - AL;
 Supervisionar a execução dos serviços de escrituração contábil e levantamento de balancetes, balanços e apuração de resultados, verificando a exatidão dos saldos e a correta classificação das contas;
 Acompanhar, o Planejamento Estratégico do CORECON - AL, na sua área de atuação;
 Executar outras atividades pertinentes ao cargo.

Compete ao Profissional Técnico de Fiscalização:

Organizar e manter o cadastro de registro geral dos economistas e empresas inscritas no CORECON - AL;
 Manter atualizado banco de dados de registro dos economistas e empresas no Conselho;
 Preparar e encaminhar relações de mensalidades atrasadas para cobrança bancária;
 Controlar o recebimento das anuidades do Conselho;
 Fiscalizar o exercício da profissão de economista;
 Preparar e encaminhar relatório, à Assessoria Jurídica, sobre posição de Economistas e Empresas inadimplentes para as devidas providências;
 Levantar informações cadastrais de novos Economistas inscritos;
 Controlar créditos em atraso, calculando juros e fazendo o acerto com os Economistas inscritos;
 Realizar as atividades de autuação e acompanhamento de processos de fiscalização;
 Controlar a instrução de processos de fiscalização;
 Encaminhar processos para julgamento;
 Preparar relatório mensal e anual das atividades relativas ao exercício de fiscalização do CORECON - AL;
 Proceder à leitura de Diários Oficiais, coletando informações em que o CORECON - AL for parte interessada, com vistas ao acompanhamento das ações e cumprimento de prazos;
 Analisar, opinar, instruir expedientes e emitir pareceres e relatórios técnicos sobre matéria de sua competência;
 Participar da elaboração de resoluções reguladoras e/ou fiscalizadoras do exercício da profissão de economista;
 Elaborar material de apoio à divulgação de programas de fiscalização;
 Manter controles dos registros da fiscalização realizada;

Elaborar o Plano de Ação da Fiscalização de acordo com as diretrizes e metas previstas no Planejamento Estratégico do CORECON - AL;
Acompanhar, o Planejamento Estratégico do CORECON - AL na sua área de atuação;
Auxiliar os Conselheiros e Dirigentes na implementação de atividades relativas à fiscalização, garantindo sua execução dentro dos padrões estabelecidos;
Colaborar na elaboração de normas, regulamentos e procedimentos internos relacionados à fiscalização da profissão do economista;
Elaborar instruções de fiscalização, quando necessário;
Orientar a aplicação das normas utilizadas na execução dos serviços relativos às atividades de fiscalização;
Acompanhar o andamento de ações na justiça relativas à fiscalização do exercício da profissão;
Colaborar com o aperfeiçoamento da fiscalização da profissão do economista;
Executar outras atividades correlatas.

2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Descrição sucinta do planejamento estratégico ou do plano de ação da Entidade, realçando os principais objetivos estratégicos traçados pela entidade para o exercício de referência do relatório de gestão.

Dentre as ações inerentes ao CORECON-AL está à fiscalização da atividade profissional de pessoas e empresas, bem como a redução da inadimplência junto ao Conselho, este Regional vem dando continuidade a estas ações no sentido de valorizar a classe e cumprir, de maneira mais eficiente e eficaz, a sua missão. As áreas programáticas a serem trabalhadas, são: Fiscalização; Valorização da profissão de economista; Parcerias institucionais e Intensificação das relações com instituições de ensino e estudantes de economia.

O Conselho Regional de Economia de Alagoas (12ª Região) pautou sua gestão de trabalho em 2014, em quatro grandes grupos, a) fortalecimento institucional do conselho via maior integração com o público alagoano; b) Valorização profissional da categoria junto à sociedade, desde a oferta de cursos e treinamentos, bem como a intensa atividade de fiscalização e ainda, através de divulgação de material institucional do Conselho; c) defesa e ampliação do mercado de trabalho através da divulgação das atividades e do campo profissional do economista, bem como a atuação junto a entidades públicas e privadas e d) aplicação e modernização da mídia do CORECON.

2.2 Ações Adotadas para Atingir os objetivos Estratégicos

2.2.1 Informações sobre as ações adotadas pela entidade para atingir os objetivos estratégicos do exercício de referência do relatório de gestão.

O objetivo principal do Conselho Regional de Economia é fiscalizar o exercício da profissão do Economista no Estado de Alagoas assegurando o exercício legal e ético da profissão, envolvendo a fiscalização, a organização do registro profissional, expedição das carteiras profissionais, regularização da elaboração de trabalhos técnicos (ART), bem como, impor a observância da legislação em vigor. **Com base nas áreas programáticas mencionadas no item 2.1, realizou-se:**

	Competências
<p>FISCALIZAÇÃO</p> <p>1. Foram Aberto 100 processos em execução fiscal, e feitas 25 renegociações de débitos.</p>	<p>Foram feitas 100 notificações em execução fiscal apresentando as seguintes interferências:</p> <p>Emissão de 04 Anotações de Responsabilidade Técnica (para Pessoa Física)..</p> <p>09 Novos registros no CORECON-AL no ano de 2014 (08 de Pessoa Jurídica e 01 de Pessoa Física)Jurídica).</p> <p>32 Renegociações de débitos referentes a anuidades em atraso</p>
<p>VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO DE ECONOMISTA</p> <p>1. Palestras nas universidades</p> <p>2. Realização de Cursos de Capacitação</p>	<p>Visitas as entidades patronais e representativas do Estado.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Busca do estreitamento dos Laços de amizade; - Federação do Comercio de Alagoas – FECOMERCIO/AL; - Associação dos Municípios Alagoanos – AMA; - Companhia de Água e Esgoto de Alagoas – CASAL; - Tribunal de Contas do Estado de Alagoas; - Tribunal de Contas da União; - Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas; - Advocacia Geral da União; - Tribunal Regional do Trabalho; - Outras entidades e empresas. <p>conselheiro (Carlos Eduardo Marino);</p> <p>Realizar Cursos, Palestras e Workshops para os Profissionais e Estudantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Perícia e Arbitramento com o Professor Cleydner; - Elaboração e Análise de Projetos – BMB; - Matemática Financeira e Uso da HP 12 C; <p>Realizar II Premio de Estimulo ao Estudante de Economia – CORECONAL</p> <ul style="list-style-type: none"> - Exclusivo para economista e alunos do curso em instituição locais; - Trabalhos finais de monografia de Graduação aprovados nos Cursos de Economia. <p>Assistência Jurídica Gratuita aos associados do Sistema CORECON/SINDECON.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atendimento na sede da entidade; -Agendamento prévio;

**DEFESA E AMPLIAÇÃO DO MERCADO DE
TRABALHO**

Valorização da profissão de Economista.

- Promoção de palestras e workshops com renomados economistas.
- Presença de Conselheiros nos encontros regionais e nacionais, considerados relevantes para a categoria, de acordo com o calendário recebido;
- Promoção da semana do Economista (agosto): debate com todos os candidatos a Governador e Senador. Evento já tradicional promovido em ano eleitoral com os candidatos que disputam cargos majoritários;
- Solenidade de entrega do Prêmio Economista do Ano (mês de setembro);
- Homenagear com placa de gratidão economistas que forem solicitando remissão;
- Busca da ampliação do mercado de trabalho do economista;
- Trazer, sempre que possível, profissionais de outras categorias, bem como autoridades do mundo político e empresarial, às reuniões plenárias do CORECON.

-

Reduzir a inadimplência.

- Buscar parcelar as dívidas e diminuir o percentual de inscritos na Dívida Ativa;
- Conscientizar os devedores, mostrando inclusive o que o CORECON pode oferecer para os mesmos, a partir do momento em que estejam regulares perante a entidade;
- Interação entre as Assessorias Jurídicas do CORECON/AL e do COFECON.

8) Intensificar os trabalhos de fiscalização do exercício ilegal da profissão.

- Capacitação dos funcionários existentes;
- Contratação de novos funcionários por concurso público.

AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA MÍDIA DO CORECON-AL

Em 2014 o CORECON-AL foi reformulado e as houve maior integração com as redes sociais (Twitter e Facebook)".

2.2.2 Principais projetos/atividades de 2014 conforme objetivos estratégicos

No decorrer de 2014, no que tange a fiscalização, priorizou-se a regularização cadastral e busca pela redução da inadimplência de profissionais inscritos, sendo realizadas notificações de débitos e renegociações de dívidas. No objetivo estratégico valorização da profissão de economista, foram realizados palestras e encontros tanto com alunos ainda cursando o bacharelado, como com estudantes de ensino médio, de modo a tornar o campo profissional mais conhecido, além de cursos parcerias para capacitação profissional. Referente à defesa e ampliação do mercado de trabalho, foram realizadas intervenções em processos de concursos e seleções públicas, em atividades que contemplavam o campo profissional do economista, mas não admitiam a participação da categoria.

2.3 Demonstração e contextualização dos resultados alcançados no exercício.

O Conselho Regional de Economia - 12ª Região - AL, autarquia federal, tem como finalidade a fiscalização do exercício profissional. O planejamento das atividades, portanto, estruturou-se de modo a desenvolver as seguintes atividades: fiscalização da atuação de pessoas físicas e jurídicas; cobrança de anuidades em atraso; redução da inadimplência via notificação de dívida e renegociação de débitos; notificação à bancas organizadoras de concursos nos casos de não cobrança do registro profissional dentre os requisitos, e nos casos em que não contemplavam vagas para economistas no campo de atuação em economia e finanças. Todas as ações foram desenvolvidas de forma tempestiva. Dentre as disfunções estruturais ou situacionais que tenham prejudicado ou inviabilizado o alcance dos objetivos e metas podemos apontar: a dificuldade das empresas responderem aos ofícios de solicitação dos profissionais formados em ciências econômicas ou que trabalham no setor financeiro; a, ainda, dificuldade de estabelecer parceria com entidades detentoras de informações sobre empresas que trabalham com economia e finanças; inconsistência na base de dados fornecida pela RAIS (Relação Anual de Informações Sociais); o baixo número de formandos dos cursos de Ciências Econômicas no Alagoas; interseção entre campos profissionais distintos (ex: Contabilidade, Administração) com o campo de Economia, resultando em situações ambíguas relacionadas a fiscalização profissional. Fatores que contribuíram para o alcance das metas: A intensiva comunicação de cobranças (eletrônica, postal e telefônica).

2.4 Indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar avanços e melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e mudanças de rumos, etc.

Resultados apresentados:

- a) Número de Notificações Pessoas Físicas e Jurídicas: 100
- b) Número de Renegociações Pessoas Físicas e Jurídicas: 25
- c) Número de Pessoas Físicas e Jurídicas Adimplentes: 235
- d) Número de Novos Registros Pessoas Físicas e Jurídicas: 09
- e) Números de emissões de ARTs Pessoas Físicas e Jurídicas: 04

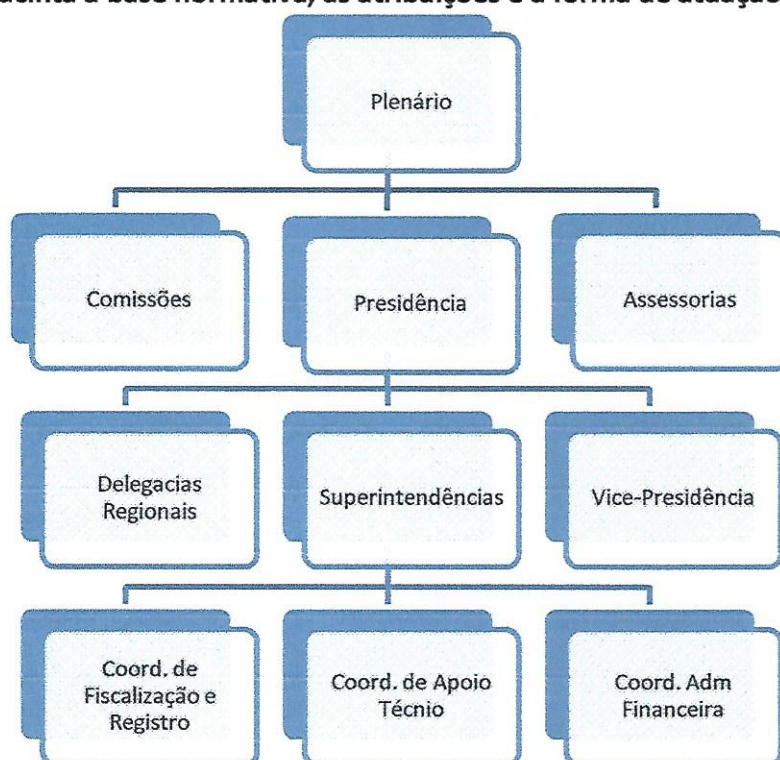
Até o ano de 2014 CORECON-AL, não vinha trabalhando com uma gestão quantitativa de índices relativos a fiscalização, uma estrutura de índices de acompanhamento está sendo formulada para implementação em

2015.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

Informações sobre a Gestão

3.1 Estrutura de governança da entidade, tais como unidade de auditoria interna, comitê de auditoria, conselhos, comitê de avaliações, comitê de controles internos e *compliance*, ouvidoria etc. descrevendo de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância.



De acordo com o Regimento Interno do CORECON-AL:

Art. 2.º O CORECON/AL é constituído:

I - do Plenário, seu órgão Deliberativo, integrado, no mínimo, por 9 (nove) Conselheiros, substituíveis por suplentes em igual número, todos eleitos em conformidade com disposições legais e regulamentação baixada pelo COFECON – Conselho Federal de Economia (Art. 5º e § 4º do art. 6º da Lei nº 6.537/78);

II - da Presidência, seu órgão Executivo, a que se subordinam os serviços administrativos, criados pelo próprio órgão em razão de suas finalidades legais, necessidades de serviço e disponibilidade de meios.

III - das Coordenações, Órgão de Execução Programática, constituída pela Coordenação de Fiscalização e Registro, Coordenação de Apoio Técnico e Coordenação Administrativa e Financeira, que tem a incumbência de realizar todas as atividades internas do Corecon – AL e cumprir as deliberações emanadas do Plenário e da Presidência.

O Plenário do COFECON, na primeira Sessão anual, elegerá duas comissões permanentes, a Comissão de Tomada de Contas e a Comissão de Licitação (portarias 002 e 003/2014).

A Comissão de Tomada de Contas - CTC do CORECON-AL é constituída de três membros, escolhidos entre os Conselheiros Efetivos, com mandato de 1 (um) ano, permitida uma reeleição, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, com a competência para exercer a função de controle interno deste Regional, além de avaliar os controles orçamentários, financeiros e de Gestões internas do CORECON-AL, emitindo pareceres que serão submetidos a deliberação do Plenário, proceder verificações e vistorias na sede do Conselho.

A Comissão de Licitação será constituída de três membros, um membro escolhido entre os Conselheiros Efetivos, que a presidirá, e de dois funcionários permanentes do CORECON-AL, com mandato de 01(um) ano, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, para examinar os processos de aquisição de bens e de contratação de serviços, de acordo com os parâmetros definidos pelo artigo 51 da lei federal n. 8.666/93.

O Plano de Cargos e Salários também fala sobre a estrutura organizacional:

2.1.1 - A Estrutura Organizacional inclui funções de linha e posições de assessoramento, em conformidade com Normativo de Administração – Estrutura Organizacional, aprovado pela RESOLUÇÃO CORECON - AL Nº 08 de 29 de novembro de 2005.

6.1 - A estrutura da Função de Confiança é formada por “Níveis de Confiança”, por “Funções Comissionadas – FC’s” como mostra o Quadro 1 a seguir:

FUNÇÕES DE CONFIANÇA		
NÍVEL	TÍTULO	TIPO DA FUNÇÃO
1	Gerente Executivo	Função Comissionada
2	Assessor da Presidência	Função Comissionada

3.2 Demonstração da atuação da unidade de auditoria interna, incluindo informações sobre a qualidade e suficiência dos controles da entidade.

O Corecon-AL não conta em sua estrutura com unidade de auditoria interna.

A função de órgão de controle interno do CORECON-AL, para efeitos do artigo 74 da Constituição Federal e dos artigos 49 a 51 da Lei nº 8.443/92, é exercida, através de sua Comissão de Tomada de Contas – CTC, constituída por meio dos Regimentos Internos. (Decisão TCU 701/98).

O Plenário do COFECON, na primeira Sessão anual, elegerá duas comissões permanentes, a Comissão de Tomada de Contas e a Comissão de Licitação.

A Comissão de Tomada de Contas - CTC do CORECON-AL é constituída de três membros, escolhidos entre os Conselheiros Efetivos, com mandato de 1 (um) ano, permitida uma reeleição, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, com a competência para exercer a função de controle interno deste Regional, além de avaliar os controles orçamentários, financeiros e de Gestões internas do CORECON-AL, emitindo pareceres que serão submetidos a deliberação do Plenário, proceder verificações e vistorias na sede do Conselho.

A Comissão de Licitação será constituída de três membros, um membro escolhido entre os Conselheiros Efetivos, que a presidirá, e de dois funcionários permanentes do CORECON-AL, com mandato de 01(um) ano, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, para examinar os processos de aquisição de bens e de contratação de serviços, de acordo com os parâmetros definidos pelo artigo 51 da lei federal n. 8.666/93

3.3 Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição e de tratamento dos ilícitos administrativos cometidos por colaboradores da entidade, identificando, inclusive, a base normativa que rege a atividade.

De acordo com o art. 22, da Resolução 1.851/2011 do COFECON:

As responsabilidades pelos atos de gestão serão apuradas conforme as competências regimentais de cada gestor e as circunstâncias específicas, cabendo aos órgãos administrativos e judiciais competentes, após a apuração administrativa, e ao Tribunal de Contas da União a fixação de responsabilidades individuais e solidárias por irregularidades ou impropriedades, nos termos do artigo 12, I, da Lei nº 8.443/92.

Para ilícitos administrativos cometidos pelos servidores, o CORECON-AL, através de Portaria, nomeará uma Comissão para Processo Administrativo Disciplinar, para apuração de atos e fatos, estabelecendo o prazo de 60 (sessenta) dias, para a conclusão dos trabalhos.

E, seguirá exatamente o que preconiza a Lei 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

3.4 Relação dos principais dirigentes e membros de conselhos, indicando o período de gestão, a função, o segmento, o órgão ou entidade que representa.

PRESIDENTE: Marcos Antônio Moreira Calheiros (2014)

VICE-PRESIDENTE: Maurílio Procópio Gomes (2014)

CONSELHEIROS EFETIVOS: Maurílio Procópio Gomes (2013 a 2015), Cleydner Marques de Magalhães Maurício (2013 a 2015) Mario Vieira de Almeida (2013 – 2015), CONSELHEIROS SUPLENTE: Dnarte Hermogenes Bastos (2013 - 2015), José Gomes Filho (2013 – 2015), CONSELHEIROS EFETIVOS: José Alex Tenório da Costa (2014 a 2016), Laurentino Rocha da Veiga (2014 a 2016), Luiz de Cerqueira Cotrim Filho (2014 a 2016) CONSELHEIROS SUPLENTE: Hermani Magalhães O. do Carmo (2014 a 2016), Carlos Augusto Carvalho de Bulhões (2014 a 2016), José Ulisses Ávila Pereira (2014 a 2016)

CONSELHEIROS EFETIVOS: Josildo Medeiros Cerqueira (2015 a 2017), Marcos Antônio Moreira Calheiros (2015 a 2017), Mario Humberto Lima Silva (2015 a 2017) CONSELHEIROS SUPLENTE: Paulo Prazeres Ramalho de Castro (2015 a 2017), Everaldo de Souza Barbosa (2015 a 2017) Cláudio Jorge Barbosa de Melo (2015 a 2017)

CONSELHEIROS FEDERAIS: Hermann Braga de Lyra Junior e José Helder Pessoa Nunes.

Remuneração paga aos administradores, membros da diretoria e de conselhos.

Os Conselheiros do CORECON-AL não são remunerados.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional

4.1

Demonstração da Receita, contemplando:

Demonstração da Receita, contemplando:

a) Origem das receitas

A principal fonte de recursos do Conselho é a arrecadação de anuidades dos Economistas e das entidades (Pessoas Jurídicas) que prestam serviços na área Financeira e Econômica, bem como as taxas cobradas pelos serviços prestados, tais como a inscrição das Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas e a emissão de 2ª via da Carteira Profissional.

b) Previsão e arrecadação por natureza, justificando eventuais oscilações significativas.

RECEITAS CORECON-12ª.Região (desconsiderada inadimplência para PF e PJ do valor orçado)	2014	
	ORÇADO	EXECUTADO
ANUIDADE - PF E PJ	136.700,00	120.806,15
ANUIDADE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	43.500,00	18.320,64
RENDIMENTOS DE CADERNETA DE POUPANÇA	8.000,00	1.155,27
INSCRIÇÕES - PF E PJ	3.000,00	782,25
EXPEDIÇÃO DE CARTEIRA - PF	1.000,00	50,00
EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES - PF E PJ	1.200,00	145,00
DEMAIS RECEITAS (Mala Direta, Boletim Online, etc)	59.300,00	13.952,34
TOTAL	252.700,00	155.211,65

c) Forma de partilha da receita entre as unidades central, regionais ou estaduais, caso o montante apresentado refira-se ao total arrecadado pela entidade de fiscalização do exercício profissional.

Do produto de arrecadação das anuidades e dos serviços prestados, 20% foram repassados ao Conselho Federal de Economia. A tabela abaixo demonstra o valor repassado ao COFECON pelo Regional:

NOMENCLATURA	VALOR
Cota Parte	R\$ 30.250,48
TOTAL	

4.2

Demonstração e análise do desempenho da entidade na execução orçamentária e financeira, contemplando, no mínimo:

a) Comparação entre os dois últimos exercícios;

DESEMPENHO DO CORECON-12ª.Região	VALORES	
	2013	2014
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	7.911,64	11.463,26
DEFICIT/SUPRAVIT ORÇAMENTÁRIO	(4.864,81)	7.332,64

b) Programação orçamentária das despesas correntes e de capital;

ORÇAMENTO CORECON-12ª.Região	2014	
	ORÇADO	EXECUTADO
DESPESAS CORRENTES	234.710,00	147.879,01
DESPESAS DE CAPITAL	8.420,00	0,00

Houve decréscimo da despesa orçada para o Exercício de 2014, em comparação ao Exercício de 2013.

c) Execução das despesas por modalidade de licitação, por natureza e por elementos de despesa;

O CORECON -12ª. Região possui Plano de Contas adaptado à realidade da autarquia.

Não nos utilizamos de Funções e Programas para lançamento das despesas, sejam estas despesas correntes ou de capital.

Para conhecimento, demonstramos a seguir quadro da execução da despesa para o Exercício de 2014. Neste quadro o valor da despesa está alocado pela modalidade de licitação utilizada e pelo grupo de despesa:

ELEMENTOS DE DESPESAS - EXERCÍCIO 2014

MODALIDADE LICITAÇÃO	Tomada de Preços	Convite	Dispensa	Legislação Não Aplicável e Outras	TOTAL
Natureza: Custeio					
Pessoal				59.960,87	59.960,87
Juros e Encargos da Dívida					
Material de Consumo			6.866,74		6.866,74
Passagens, Hospedagens e			2.511,26		2.511,26

Diárias					
Serviços Pessoa Jurídica	10.560,00				10.560,00
Serviços Pessoa Física					
Natureza: Transferências Correntes					
Repasse Conselho Federal				30.250,50	30.250,50
Transferências Operacionais					
Demais Despesas Correntes				67.981,14	67.980,55
Natureza: Investimentos					
TOTAL GERAL DO EXERCÍCIO	10.560,00		9.378,00	158.191,41	178.129,51

4.3 Informação sobre as transferências de recursos realizadas no exercício de referência

Conforme já relatado na Letra c do Item 4.1, do produto de arrecadação das anuidades e dos serviços prestados, 20% foi repassado ao Conselho Federal de Economia. A tabela abaixo demonstra o valor repassado ao COFECON pelo Regional:

NOMENCLATURA	VALOR
Cota Parte	R\$ 30.250,50
TOTAL	R\$ 30.250,50

No Exercício de 2013, o valor repassado de Cota Parte, aumentou se comparado ao Exercício de 2012.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal da entidade, contemplando as seguintes perspectivas:

a) Demonstração da força de trabalho;

Em 31/12/2014 a força de trabalho do CORECON-12^a. Região era composta de:

_ 03 empregados, sendo 01 empregado efetivo, 02 empregado em cargo comissionado. De acordo com o cargo, a função e com a forma de ingresso na entidade, esses empregados estão divididos em:

- Profissional de Assistência ao Economista/Gerência/Assessoria Jurídica: 01 empregados efetivo, sendo 02 em função de confiança.

A quantidade de empregados do CORECON-12^a. Região, por faixa etária em 31/12/2014, foi:

- até 33 anos: 03 empregados

Importante manifestar a contribuição honorífica de cada Conselheiro

do CORECON-12ª.Região

A despesa com pessoal do CORECON-12ª Região, em 2014, totalizou: R\$ 41.474,73 (remuneração, 13º salário e férias)

b) Processo de ingresso de funcionários na entidade, caso realizado no exercício de referência;

No Exercício não houve ingresso de funcionário.

As modalidades de ingresso dos empregados do CORECON-12ª Região são:

- Concurso Público (cargos efetivos)
- Recrutamento Amplo (cargos em comissão – Gerências e Assessorias)

Cabe informar que os cargos de Gerência e Assessorias podem ser ocupados por empregados efetivos da autarquia em função de confiança.

c) Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos, idade e nível de escolaridade.

Os aumentos salariais no CORECON-12ª Região são aplicados de acordo com as seguintes situações:

- Ajustes salariais legais, ocorridos na data base da categoria, em 1º de Maio de cada ano, de acordo com o INPC, e
 - a) A referida gratificação será devida aos ocupantes de cargos ou funções que tenham correlação com o curso e atividade desempenhada pelo servidor;
 - b) As gratificações previstas nesta Cláusula serão devidas de forma individualizada, e sobre o salário percebido pelo servidor, sendo defeso o pagamento de mais de uma gratificação por titulação ao mesmo tempo;
- Estímulo ao Trabalho e à Fidelidade - O Conselho concederá aos seus servidores, a título de estímulos, adicional de salários à razão de 1% (um por cento) para cada ano de serviço prestado resguardando as condições mais favoráveis já praticadas, com o limite máximo de 5% (cinco por cento).

6. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

6.1 Tratamento das determinações e recomendações exaradas em acórdãos do TCU.

O CORECON-12ª. Região busca seguir todas as determinações e recomendações exaradas em acórdãos do TCU que se aplicam a sua rotina administrativa, financeira e contábil.

6.2	<p>Tratamento das recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a entidade se vincula, apresentando as justificativas para os casos de não cumprimento.</p> <p>Na Autarquia não há unidade de controladoria interna. Contudo, conforme mencionado acima, no item 3.4, a função de órgão de controle interno do CORECON-AL, para efeitos do artigo 74 da Constituição Federal e dos artigos 49 a 51 da Lei nº 8.443/92, é exercida, através de sua Comissão de Tomada de Contas – CTC, constituída por meio do Regimento Internos. (Decisão TCU 701/98). O Plenário do COFECON, na primeira Sessão anual, elegerá duas comissões permanentes, a Comissão de Tomada de Contas e a Comissão de Licitação. A Comissão de Tomada de Contas - CTC do CORECON-AL é constituída de três membros, escolhidos entre os Conselheiros Efetivos, com mandato de 1 (um) ano, permitida uma reeleição, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, com a competência para exercer a função de controle interno deste Regional, além de avaliar os controles orçamentários, financeiros e de Gestões internas do CORECON-AL, emitindo pareceres que serão submetidos a deliberação do Plenário, proceder verificações e vistorias na sede do Conselho.</p> <p>A Comissão de Licitação será constituída de três membros, um membro escolhido entre os Conselheiros Efetivos, que a presidirá, e de dois funcionários permanentes do CORECON-AL, com mandato de 01(um) ano, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, para examinar os processos de aquisição de bens e de contratação de serviços, de acordo com os parâmetros definidos pelo artigo 51 da lei federal n. 8.666/93.</p>
6.3	<p>Tratamento das recomendações feitas pela auditoria interna ou por entidade superior que, por força de normativo, tenha competência para exercer as fiscalização contábil, financeira, orçamentária ou operacional, apresentando as justificativas para os casos de não cumprimento</p> <p>O COFECON envia um Auditor, que verifica os procedimentos e as demonstrações contábeis da autarquia. Os apontamentos recomendados pela Auditoria, são analisados pelo CORECON-12ª Região. Se passíveis de justificativa, os esclarecimentos e as documentações para embasamento destas justificativas são encaminhados para o COFECON. Se observado necessidade de mudança nos procedimentos apontados pela Auditoria, estes novos procedimentos são acatados pelo CORECON-12ª Região.</p>
<p align="center">7. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional</p>	
7.1	<p>Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.</p> <p>A Autarquia ainda não está atendendo os critérios estabelecidos pela NBC aplicada ao setor Público.</p>

7.2

Demonstrações Contábeis

Conselho Regional de Economia - CORECON / AL
SISCONTW - v1.06

Período: Dez/2014

Balanco Patrimonial

ATIVO

ATIVO FINANCEIRO	13.359,19	PASSIVO FINANCEIRO	1.017,99
DISPONIVEL	237,26	DIVIDA FLUTUANTE	1.017,99
CAIXA	0,00	RESTOS A PAGAR	0,00
BANCOS-CORRENTES	237,26	SERVICO DA DIVIDA A PAGAR	0,00
BANCOS-CARRECADACAO	0,00	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00
DISPONIBILIDADE EM TRANSITO	0,00	CONSIGNACAOES	1.017,99
RESPONSAVEL POR SUPRIMENTO	0,00	CREDITOS DA ENTIDADE	0,00
SALDOS DO EXERCICIO ANTERIOR	0,00	ENTIDADES PUBLICAS CREDITORAS	0,00
DISPONIVEL VINCULADO EM CC BANCARIA	11.223,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	0,00
BANCOS-CANCELADA	0,00	RESULTADO PENDENTE	0,00
BANCOS-CANCELADA APLICACAOES FINANCEIRAS	11.223,00	DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	0,00
BANCOS-CANCELADOS NOVOS	0,00	RECEITA DO EXERCICIO SEGUINTE	0,00
SALDOS PARA O EXERCICIO SEGUINTE	0,00		
REALIZAVEL	1.894,93		
DIVERSOS RESPONSABILIS	1.894,93		
DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00		
ENTIDADES PUBLICAS DEVEDORAS - EMPRESTIMO	0,00		
ENTIDADES PUBLICAS DEVEDORAS	0,00		
ENTIDADES PUBLICAS DEVEDORAS - IN S	0,00		
RESULTADO PENDENTE	0,00		
DESPESAS A REGULARIZAR	0,00		
DESPESAS JUDICIAIS	0,00		

ATIVO PERMANENTE	183.976,53	PASSIVO PERMANENTE	0,00
BENS PATRIMONIAIS	52.801,15	DIVIDA FUNDADA	0,00
BENS MOVEIS	52.801,15	DIVIDA FUNDADA INTERNA	0,00
BENS IMOVEIS	0,00		
CREDITOS	131.175,38		
DIVIDA ATIVA	131.175,38		
OUTROS CREDITOS	0,00		
VALORES	0,00		
TITULOS DE EMPRESAS ESTATAIS	0,00		
TITULOS DA DIVIDA PUBLICA	0,00		
ALMOXARIFADOS	0,00		
OUTROS VALORES	0,00		

SOMA DO ATIVO REAL	197.334,72	SOMA DO PASSIVO REAL	1.017,99
SALDO PATRIMONIAL		SALDO PATRIMONIAL	196.316,73
PATRIMONIO (Passivo Real a Descoberto)		PATRIMONIO (Ativo Real Liquido)	
Total:	197.334,72	Total:	197.334,72

Maceió - AL - 31 de Dezembro de 2014

MARCOS ANTÔNIO MOREIRA CALHEIROS
PRESIDENTE
CORECON AL Nº 308
CPF 140.490.864-01

ELIZABETE CRISTINA MORAES MALTA
CONTADORA
CRC AL 5.562
CPF 023.075.754-55

Conselho Regional de Economia - CORECON / AL
SISCONTW - v1.06

Folha 1

Período: Jan/2014 a Dez/2014

Demonstrativo das Variações Patrimoniais
Variações Ativas

RESULTANTES EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	156.179,65
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	155.211,65
RECEITAS CORRENTES	155.211,65
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	139.126,79
RECEITA PATRIMONIAL	1.155,27
RECEITAS DE SERVIÇOS	977,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.952,34
RECEITAS DE CAPITAL	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00
MUTACÕES PATRIMONIAIS	968,00
Aquisição de Bens Móveis	968,00
Construção ou Aquisição de Bens Imóveis	0,00
Aquisição de Títulos e Valores	0,00
Doação de Bens Móveis	0,00
Empréstimos Concedidos	0,00
Diversos	0,00
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	15.755,26
Inscrição da Dívida Ativa	0,00
Inscrição de Outros Créditos	0,00
Incorporação de Bens	0,00
Cancelamento de Restos a Pagar	0,00
Cancelamento de Dívidas Passivas	15.755,26
Incorporação de Bens Imóveis	0,00
PARCELA DE CONVERSÃO MONETÁRIA	0,00

Total das Variações Ativas	171.934,91
Resultado Patrimonial	-
- Déficit do Exercício	-

Variações Passivas

RESULTANTES EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	148.847,01
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	148.847,01
DESPESAS CORRENTES	147.879,01
DESPESAS DE CUSTEIO	116.823,21
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.665,90
RESERVAS	390,00
DESPESAS DE CAPITAL	968,00
INVESTIMENTOS	968,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00
MUTACÕES PATRIMONIAIS	0,00
Cobrança da Dívida Ativa	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00
Alienação de Títulos e Valores	0,00
Empréstimos Tomados	0,00
Recebimento de Créditos	0,00
Diversos	0,00
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00
Parcela de Conversão Monetária	0,00
Cancelamento de Créditos	0,00
Baixa de Bens	0,00
Diversos	0,00
Superveniências Diversas	0,00

Total das Variações Passivas	148.847,01
Resultado Patrimonial	-
- Superávit do Exercício	23.087,90

Total Geral	171.934,91	Total Geral	171.934,91
--------------------	-------------------	--------------------	-------------------

Maceió - AL, 31 de Dezembro de 2014

 MARCOS ANTÔNIO MOREIRA CALHEIROS
 PRESIDENTE
 CORECON AL Nº 308
 CPF 140.490.664-91

 ELIZABETE CRISTINA MORAES MALTA
 CONTADORA
 CRC AL 5.592
 CPF 023.075.754-56

Conselho Regional de Economia - CORECON / AL
SISCONTW - v1.06
Balanco Financeiro
Período: Jan/2014 a Dez/2014

Receita		Despesa	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	155.211,65	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	148.847,01
RECEITAS CORRENTES	155.211,65	DESPESAS CORRENTES	147.879,01
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	139.126,79	DESPESAS DE CUSTEIO	116.823,21
RECEITA PATRIMONIAL	1.155,27	TRANSFERENCIAS CORRENTES	30.665,80
RECEITAS DE SERVIÇOS	977,25	RESERVAS	390,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	968,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.952,34	INVESTIMENTOS	968,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00
OPERACOES DE CREDITO	0,00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00
ALIENACAO DE BENS	0,00		
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS	0,00		
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	67.292,44	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	70.105,46
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	2.035,98	DIVERSOS RESPONSÁVEIS	3.897,04
DEVEDORES DA ENTIDADE	30.896,82	DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS -	0,00	ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS - EMPRESTIMO	0,00
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	0,00	ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	0,00
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS - INSS	0,00	ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS - INSS	0,00
DESPESAS A REGULARIZAR	0,00	DESPESAS A REGULARIZAR	0,00
DESPESAS JUDICIAIS	0,00	DESPESAS JUDICIAIS	0,00
RESTOS A PAGAR	0,00	RESTOS A PAGAR	0,00
SERVICO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	SERVICO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	15.755,26
CONSIGNACOES	12.051,59	CONSIGNACOES	12.337,24
CREDORES DA ENTIDADE	5.787,38	CREDORES DA ENTIDADE	36.751,34
ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	765,41	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	1.374,58
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	0,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	0,00
DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	0,00	DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	0,00
DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	0,00	DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	0,00
RECEITA DO EXERCÍCIO SEGUINTE	0,00	RECEITA DO EXERCÍCIO SEGUINTE	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	15.755,26	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	0,00
RECEITA NÃO CLASSIFICADA	0,00	RECEITA NÃO CLASSIFICADA	0,00
PARCELA DE CONVERSÃO MONETÁRIA	0,00	PARCELA DE CONVERSÃO MONETÁRIA	0,00
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	7.911,64	SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	11.463,26
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
BANCOS-C/MOVIMENTO	38,05	BANCOS-C/MOVIMENTO	237,26
BANCOS-C/ARRECADACAO	0,00	BANCOS-C/ARRECADACAO	0,00
DISPONIBILIDADE EM TRANSITO	0,00	DISPONIBILIDADE EM TRANSITO	0,00
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	0,00	RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	0,00
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00
BANCOS-C/VINCULADA	0,00	BANCOS-C/VINCULADA	0,00
BANCOS-C/VINCULADA A APLICACOES	7.873,59	BANCOS-C/VINCULADA A APLICACOES	11.226,00
BANCOS C/CRUZADOS NOVOS	0,00	BANCOS C/CRUZADOS NOVOS	0,00
SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	0,00	SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	0,00
Total:	230.415,73	Total:	230.415,73

Maceió - AL, 31 de Dezembro de 2014

 MARCOS ANTÔNIO MOREIRA CALHEIROS
 PRESIDENTE
 CORECON AL Nº 308
 CPF 140.490.664-91

 ELIZABETE CRISTINA MORAES MALTA
 CONTADORA
 CRC AL 5.592
 CPF 023.075.754-56

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 12ª REGIÃO - AL
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
PERÍODO: 01/01/2014 a 31/12/2014

CONTAS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	CONTAS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	252.700,00	155.211,65	97.488,35	DESPESAS CORRENTES	234.710,00	147.879,01	86.830,99
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	180.200,00	139.126,79	41.073,21	DESPESAS DE CUSTEIO	202.658,00	116.823,21	85.834,79
RECEITA PATRIMONIAL	8.000,00	1.155,27	6.844,73	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	32.052,00	30.665,80	1.386,20
RECEITA DE SERVIÇOS	5.200,00	977,25	4.222,75	RESERVAS	9.570,00	0,00	9.570,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	RESERVAS ORÇAMENTÁRIAS	9.570,00	0,00	9.570,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	59.300,00	13.952,34	45.347,66				
RECEITAS CAPITAL	0,00	0,00	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	8.420,00	0,00	8.420,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	INVESTIMENTO	8.420,00	0,00	8.420,00
ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	0,00	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA			
SUBTOTAIS	252.700,00	155.211,65	97.488,35	SUBTOTAIS	252.700,00	147.879,01	104.820,99
DEFICIT	0,00	0,00	0,00	SUPERÁVIT DO PERÍODO		7.332,64	7.332,64
TOTAIS	252.700,00	155.211,65	97.488,35	TOTAIS	252.700,00	155.211,65	97.488,35

Maceió - AL, 31 de Dezembro de 2014

MARCOS ANTONIO MOREIRA CALHEIROS
 CORECON-AL. Nº 308
 C.P.F Nº 140.490.664-91

ELIZABETE CRISTINA MORAES MALTA
 Registro no CRC 5.592
 C.P.F Nº 023.075.754-56

7.3	Relacionamento da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.	
8.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	
8.1	Outras informações consideradas relevantes pela entidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.	

Na oportunidade, renovamos protesto de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Marcos Antônio Moreira Calheiros
Presidente